

A conversão da dívida externa, no todo ou em parte, em capital de risco no território nacional, está proibida sob qualquer fórmula: este é o teor do projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), votado e aprovado sábado à noite pela Comissão de Sistematização da Constituinte. É o primeiro projeto de decisão, dos cinco já apresentados, que começou a tramitar, e agora só falta sua aprovação no plenário da Constituinte para tornar-se lei.

Esse projeto de decisão, cuja aprovação foi considerada surpresa — nas três sessões anteriores em que fora submetido à votação da Comissão de Sistematização nunca houve quórum para aprová-lo —, é a resposta da Constituinte, segundo Paulo Ramos, à anunciada possibilidade de o governo brasileiro vir a negociar a sua dívida externa abrindo às multinacionais a possibilidade de participação acionária em empresas estatais brasileiras.

Na votação do projeto o quórum mínimo de maioria absoluta (47 votos) foi ultrapassado por apenas dois votos: votaram 49 constituintes, sendo 42 favoráveis ao projeto de decisão e contrários ao parecer de Bernardo Cabral, que rejeitava a proposta, seis votos contra e uma abstenção, mandada registrar pelo presidente em exercício da Comissão, deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), porque o deputado Gérson Peres (PDS-PA) se encontrava em plenário no momento da votação e recusou-se a votar.

Gérson Peres anunciou, ao fim da sessão, que vai tentar anular a votação, porque considera que o presidente Aluizio Campos votou no seu lugar, o que não pode. Peres vai apresentar, hoje, um recurso contra a decisão de Campos, o que poderá dificultar o restante da tramitação do projeto de decisão de Paulo Ramos.

Na mesma sessão, foi rejeitado, por falta de quórum, e seguiu para o arquivo pelo esgotamento do prazo, o projeto de decisão do



Cabral: muito trabalho.

Constituinte proíbe conversão da dívida em investimento

É o primeiro projeto de decisão que começou a tramitar.

Mas ele ainda será submetido ao plenário.

senador Iram Saraiva (PMDB-GO), que pretendia tornar obrigatória a transmissão, através de cadeia nacional de rádio e televisão, das votações nominais a serem realizadas no plenário da Constituinte.

Como no caso anterior, o relator Bernardo Cabral votou contra, considerando que para tornar possível essa medida os constituintes teriam de alterar o regimento interno e não apresentar um projeto de decisão.

Benefícios

A idéia de transformar parte da dívida externa em investimentos serviria para ajudar a criar um novo clima para os investimentos externos e começar a inverter a direção do fluxo de capitais, ou seja, ao invés de o Brasil pagar juros e parcelas e esses recursos saírem, ocorreria o contrário: o País teria esses créditos cancelados, assim

como os juros, e esse capital ficaria aqui, sendo aplicado numa atividade produtiva.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes fez, em seu depoimento na CPI das estatais, uma proposta revolucionária, que poderia absorver, de imediato, cerca de US\$ 30 bilhões do que o Brasil deve no Exterior, através da criação de ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade para receber dividendos, pelas empresas estatais.

O setor de energia elétrica — que deve US\$ 20 bilhões, entre estatais federais e estaduais —, o setor siderúrgico — cujo plano de saneamento já está comprometido e que deve pelo menos a metade do que as estatais de energia —, o plano petroquímico — cancelado por falta de recursos —, e vários outros projetos públicos e privados poderiam ser assim ativados, com evidentes benefícios à economia nacional e à luta antiinflacionária e anti-recessiva.

Saneadas as estatais de energia elétrica e produtoras de aço, elas deixariam de recorrer ao Tesouro Nacional e, por tabela, aos contribuintes, para seus pesados investimentos em infra-estrutura. Apenas neste ano, o Tesouro Nacional deverá aplicar, pelo menos, US\$ 2 bilhões nessas estatais. Essa economia significaria uma importante redução do déficit público e menos pressão também nas taxas internas de juros.

Anteprojeto aprovado

Com 496 artigos, cinco a menos que o original, a Comissão de Sistematização também aprovou, no sábado, por 76 votos a 15, o segundo anteprojeto de Constituição elaborado pelo relator Bernardo Cabral, depois de um acordo de lideranças — sem a participação do líder do PTB, Gastone Righi e com a ausência de alguns constituintes do PFL, que queriam evitar a votação dos 100 destaques requeridos, o que acabou ocorrendo. O anteprojeto, no entanto, ainda deverá passar por grandes mudanças.

Cabral: novo anteprojeto. Com 40 mil emendas.

De 30 a 40 mil emendas é a expectativa dos constituintes sobre o volume apresentado no plenário da Constituinte, para modificar completamente o segundo anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, votado na noite de sábado, através de um acordo de lideranças, do qual apenas não participou o PTB.

Esta semana, entre amanhã e quarta-feira, o anteprojeto aprovado no sábado será lido em plenário para então ser dado início aos prazos de tramitação: 40 dias de discussão e em 22 sessões ordinárias e 38 extraordinárias, realizadas inclusive aos sábados, domingos e feriados; e 30 dias para apresentação de emendas ao anteprojeto aprovado para dar subsídios ao relator para elaborar o seu terceiro

anteprojeto — desta vez, um substitutivo no qual ele poderá, inclusive, apresentar inovações. O próprio Cabral chama esse substitutivo de "anteprojeto Cabral".

Embora tenha perdido muito tempo procurando explicar que o tão criticado anteprojeto votado no sábado não era de sua autoria, mas apenas representava o trabalho de compatibilização e adequação, todos, na Constituinte, chamaram esse anteprojeto de "Cabral 2", o que irritou o suposto autor.

Cabral promete para o terceiro anteprojeto uma marca mais pessoal. Ele constatou que o primeiro e segundo anteprojetos foram muito prejudicados por conta das votações truncadas nas subcomissões e até mesmo nas comissões temáti-

cas. E identificou justamente nos grupos de pressão que prejudicaram de um lado e de outro as votações os mesmos que, mais tarde, reclamaram das deficiências do anteprojeto.

A terceira fase, a mais decisiva de todas, começa com mais de quatro mil emendas já à disposição do relator — aquelas emendas que na segunda fase o relator não acatou por se tratar de emendas de mérito (que alteravam o conteúdo do primeiro anteprojeto). Isso, por conta do acordo dos líderes partidários, exceto o líder do PTB, deputado Gastone Righi, que tentou fazer votar o anteprojeto com todos os 100 pedidos de destaques. Ele perdeu duplamente: a maioria dos destaques foi retirada, sobrando apenas um destaque de Righi, que submetido ao voto, foi rejeitado.